

Crime contra a economia popular

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

Meus caros amigos, eu já sabia que há uma onda de burrice, talvez maior do que a de corrupção, ameaçando submergir este infelizmente país; já sabia, mas sinceramente não imaginava que fosse tão grande. Recebendo ontem de uma pessoa amiga e interessada na liberdade de ensino um relato do que aconteceu com o Colégio Sacré-Coeur de Marie, fiquei sabendo que é muito maior do que imaginava a burrice que nos sufoca. Vamos ao caso. O referido e muito estimado colégio construiu um abrigo para o recreio das alunas em dias de chuva, gastando nessa obra cerca de 650 mil cruzeiros. Com essa despesa e com o encarecimento geral de preços, a direção do colégio, no semestre anterior, verificou que não podia manter os níveis das contribuições escolares das alunas. Fez então um apelo às alunas pedindo, a título de auxílio voluntário e inteiramente livre, um suplemento de taxa para cobrir as despesas do colégio. Com exceção de quatro ou cinco, todas trouxeram as contribuições pedidas pela direção do colégio.

Apela então o colégio para a COFAP, pedindo licença para aumentar as contribuições, isto é para regularizar o que as alunas já estavam fazendo espontaneamente, e juntando ao requerimento os comprovantes da despesa feita no abrigo. Eu acho que a direção do Colégio andou mal em juntar os referidos comprovantes, pois me parece que não é preciso nenhum comprovante especial para sabermos que o custo geral de vida aumentou mais de vinte por cento neste último ano. Mas isto é outra história. A direção apresentou as contas da obra e pediu aumento de taxas. Apreciem agora, amigos, a resposta da COFAP: indeferido o pedido por ser descabida, pela cifra Cr\$ 662.071,60, na atual conjuntura econômica a que estão sujeitos os estabelecimentos de ensino, a parcela apresentada no balancete do 1.º semestre do corrente ano e referente a construção e

reparos, já que dessas construções resulta um enriquecimento considerável no patrimônio de uma sociedade civil, cujos princípios são fundamentalmente filantrópicos, além de ter o colégio, à revelia das autoridades incorrido em crime de economia popular, aumentando, desde o início do ano letivo, suas contribuições escolares, sendo pelo fato autuado pela fiscalização deste órgão. E aí está o resumo do caso. Os senhores da COFAP acham que é excessivo o gasto de 600 contos para um colégio, ironicamente, creio eu, sugerem que as irmãs vivam de brisa uma vez que o instituto é filantrópico, e têm a suprema audácia, o descôco, a petulância inacreditável de chamar de crime contra a economia popular o auxílio suplementar pago voluntariamente pelas alunas. Pensará assim o coronel Mindelo? Se os padres do colégio de seus filhos lhe explicarem que não podem manter o colégio com as taxas atuais, estou certo que o coronel Mindelo será o primeiro a pagar o excesso pedido, recomendando, é claro! que não digam nada a ninguém.

Não, meus amigos. As freiras do Sacré Coeur de Marie querem apenas ensinar e educar. Elas não cometeram nenhum crime contra a economia popular. Crime contra a economia popular é Brasília, e é lá, nas despesas de Brasília que o coronel Mindelo deve meter o dedo, e não em institutos de educação, onde os pais podem se entender perfeitamente bem com os diretores sem necessidade de interprete nomeado pela COFAP. A meu ver, a idéia de controlar preços de colégio pela COFAP é um recorde de estupidez. Desculpem-me, mas não acho outro modo de dizer. O pai que levou a denúncia às "autoridades" e que tomou o pedido das educadoras de suas filhas como crime contra a economia popular, certamente discorda de mim. É claro. Vai ver que ele está convencido de ter prestado um serviço à Pátria, e quase aposto que é um entusiasta de Brasília. Há de tudo.